



COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PORTUÁRIA
GERÊNCIA DO PORTO DE ARATU-CANDEIAS

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 50903.000148/2026-96

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NAS UNIDADES DA CODEBA (SEDE ADMINISTRATIVA E PORTOS ORGANIZADOS DE SALVADOR, ARATU - CANDEIAS E ILHÉUS)

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
09/03/2026	1.0	Primeira versão do Termo de Referência.	Esdras Nunes
19/03/2026	2.0	Revisão no Item 2.5; Revisão no Item 4.1.2 e 4.1.3; Revisão no Item 5.2; Adição do Item 5.4; Revisão no Item 7.1, 7.1.1, 7.1.1.1.4 e 7.2; Revisão no Item 7.6; Revisão no Item 7.11; Revisão no Item 8.1.XVI; Revisão do Item 13.3.1.a; Revisão no Item 14.29.c; Revisão no Item 16.4; Revisão no Item 22.1; Revisão no Item 23.7; Revisão no Item 28. Adição do item 29	Luiz Humberto Lisboa Castro Luanna Pedreira Rios
26/03/2026	3.0	Revisão no item 7.1.1, 7.1.1.1, 7.1.1.1.1, 7.1.1.1.2, 7.1.1.1.5	Luiz Humberto Lisboa Castro
14/05/2026	4.0	Revisão dos itens 2.3; Adição 2.8, 2.8.1, 2.8.2, 2.8.3 e 2.8.4; Revisão dos itens 4.1.1 e 4.1.2; Revisão do item 5.1; Revisão dos itens 7.2, 7.5; Adição dos itens 7.12 e 7.13; Adição do item 8.2 e 8.2.1; Adição/Revisão dos itens 11.7.1 TABELA 01, 11.7.2 a 11.7.3.1; Revisão do item 24.1; Adição do item 27;	Luiz Humberto Lisboa Castro
25/05/2026	5.0	Remoção do item (Vigilante motorista) constante no 11.1; Adição no item 11.4.4 letra i; Adição da exigência de habilitação 14.4.4.1;	Luiz Humberto Lisboa Castro

1. OBJETO
- 1.1. Contratação de serviços continuados de vigilância e segurança armada e desarmada, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência (TR).
2. JUSTIFICATIVA CONTRATUAL
- 2.1. A Segurança Portuária, aqui compreendida como o efeito resultante da execução de ações de controle, procedimentos de vigilância e inteligência necessários ao desenvolvimento normal das atividades portuárias e destinados a prevenir e evitar atos ou omissões danosos que afetam pessoas, cargas, embarcações, instalações e equipamentos na área dos Portos Organizados, é das principais tarefas impostas à CODEBA em seu Estatuto Social.
- 2.2. Estas tarefas são executadas pelas Gerências dos Portos Organizados através do controle e coordenação das atividades desenvolvidas pela Guarda Portuária, a quem compete a ação ostensiva de fiscalização e controle prevista na legislação de modo a prover a necessária Segurança Portuária às operações.
- 2.3. A contratação dos serviços especializados de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão-de-obra e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem por objetivo apoiar os serviços relacionados ao provimento da Segurança Portuária no âmbito dos Portos Organizados da Companhia das Docas do Estado da Bahia no atendimento às suas atividades finalísticas indispensáveis para assegurar a continuidade das operações portuárias.
- 2.4. As atribuições previstas para esses postos de trabalho também não encontram previsão no conjunto de cargos integrantes do plano de cargos da CODEBA, otimizando o desempenho funcional e o melhor direcionamento do quadro efetivo para o desempenho da área fim.
- 2.5. Conforme o Decreto Federal 9.507/2018, “nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista controladas pela União, não serão objeto de execução indireta os serviços que demandem a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários”. Restando a contratação, ora pleiteada, abarcada pela legislação aplicável, sendo essencial à condução das atividades desta Companhia.
- 2.6. Os serviços de vigilância armada e desarmada são essenciais para que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais a contento e para resguardar os prédios, instalações e demais bens móveis e imóveis, bem como, resguardar a integridade de toda a documentação que tramita por aquelas unidades ou nela se encontram arquivadas.
- 2.7. As ações de vigilância, cujas atividades não encontram relação com o conjunto de cargos integrantes do plano de cargos da CODEBA, complementam a estrutura de controle do acesso ao Porto Organizado e a sua execução por prestadores de serviço especializados permitirá a adequação do quadro da Guarda Portuária às exigências legais para o cumprimento dos Planos de Segurança Portuária.
- 2.8. A presente contratação, embora caracterizada como prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, envolve a utilização de recursos operacionais complementares, tais como veículos de apoio, equipamentos/dispositivos móveis individuais de captura de imagem/gravação e soluções tecnológicas de monitoramento, registro de ocorrências e despacho operacional, os quais se mostram intrinsecamente vinculados ao objeto principal. Tais recursos não configuram objeto autônomo ou independente, mas sim meios instrumentais necessários à execução das atividades de vigilância patrimonial, especialmente considerando:

I - a extensão territorial das áreas portuárias e a necessidade de mobilidade para supervisão e pronta resposta operacional;

II - a exigência de rastreabilidade das ações de vigilância e registro de ocorrências;

III - a necessidade de coordenação em tempo real das equipes operacionais, com controle de deslocamento e atendimento de eventos;

IV - o atendimento a requisitos normativos de segurança portuária, controle aduaneiro e auditoria das operações;

V - a necessidade de integração entre agentes de campo, supervisão e central de monitoramento.

2.8.1. Dessa forma, a contratação mantém coerência funcional, não se caracterizando como objeto híbrido, mas sim como serviço integrado com suporte operacional e tecnológico indissociável da sua execução.

2.8.2. A integração entre os serviços de vigilância patrimonial e os recursos operacionais tecnológicos previstos neste Termo de Referência foi definida com base em análise técnica constante dos Estudos Preliminares, que demonstrou a inviabilidade de segregação do objeto sem prejuízo à eficiência operacional, à rastreabilidade das ações e à responsabilização contratual.

2.8.3. A eventual contratação dissociada dos elementos (mão de obra, equipamentos e monitoramento) implicaria:

- I - aumento de custos administrativos e operacionais;
- II - risco de descontinuidade na prestação dos serviços;
- III - dificuldade na atribuição de responsabilidades por falhas operacionais;
- IV - perda de eficiência na supervisão e fiscalização das atividades.

2.8.3.1. Dessa forma, a solução adotada configura prestação de serviço integrado, sendo os recursos tecnológicos considerados meios instrumentais essenciais à execução do objeto principal, não caracterizando objeto autônomo ou contratação de natureza distinta.

2.8.3.2. A solução adotada decorre de análise técnica constante dos Estudos Preliminares, que demonstrou que a segregação entre os serviços de vigilância e os recursos tecnológicos comprometeria a eficiência operacional, a rastreabilidade das ações e a adequada responsabilização contratual, além de implicar aumento de custos e riscos de descontinuidade.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum de caráter contínuo, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

3.2. **Procedimento competitivo na forma de licitação regida pela Lei 13.303/2016**, adotando critério de **menor preço global**, conforme art. 54, inciso I.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. A eventual segregação do objeto em contratações distintas (mão de obra, veículos, equipamentos e soluções tecnológicas de apoio operacional) mostra-se tecnicamente inviável e operacionalmente inadequada, pelas seguintes razões: I – necessidade de gestão integrada das equipes, dos recursos operacionais e dos sistemas tecnológicos de suporte à operação; II – risco de descontinuidade e falhas na execução decorrentes da fragmentação contratual; III – dificuldade de responsabilização por eventos operacionais e ocorrências de segurança, especialmente em ambientes que demandam rastreabilidade e registro contínuo das ações; IV – aumento de custos indiretos e perda de eficiência administrativa; V – necessidade de integração entre agentes de campo, supervisão e central de monitoramento, com fluxo contínuo de informações e resposta em tempo real.

3.4.1. A contratação integrada se apresenta como a solução mais adequada para garantir a continuidade, eficiência, rastreabilidade e segurança dos serviços, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência, não se caracterizando como objeto híbrido, mas como serviço único com suporte operacional e tecnológico indissociável.

4. PRAZOS

4.1. Na execução do serviço a que se refere este TR, deverão ser observados, pelas partes, os seguintes prazos:

4.1.1. **De execução do serviço e vigência contratual:** 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato;

4.1.2. **Do início da etapa de execução:** 20 (vinte) dias contados da emissão da Ordem de Serviço;

- 4.1.3. **Da certificação da nota fiscal para pagamento:** até 05 (cinco) dias úteis a contar da entrega ao Fiscal;
- 4.1.4. **Do pagamento:** até 30 dias corridos a contar da certificação do título de crédito pelo Fiscal do Contrato;
- 4.1.5. **Da apresentação da Garantia Contratual:** até 10 dias corridos a contar da publicação do Contrato em extrato no DOU; e
- 4.1.6. **Da entrega da Ordem de Serviço:** até 10 dias corridos após a assinatura do contrato.

4.2. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada até o limite de 5 (cinco) anos, após a verificação da real necessidade e com vantagens para a CODEBA na continuidade do contrato, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, podendo ser alterado, exceto no tocante a seu objeto;

4.3. A prorrogação do contrato será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da esfera Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a CODEBA;

4.4. A prorrogação do contrato, quando vantajosa para a CODEBA, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da Consultoria Jurídica do órgão CONTRATANTE;

5. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável uma única vez por igual período, nos termos do art. 177, §4º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA – RILC.

5.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha da CONTRATADA:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

5.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de 3 (três) meses, devendo ser renovada em caso de prorrogação contratual e complementada em caso de aditivos, apostilamentos, reajustes ou repactuações.

5.4. A garantia deverá assegurar:

- a) prejuízos decorrentes do descumprimento do objeto contratual;
- b) danos causados diretamente à CODEBA por culpa ou dolo da CONTRATADA;
- c) multas aplicadas pela CODEBA;
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias inadimplidas pela CONTRATADA, quando aplicável.

5.5. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente, a CONTRATADA deverá recompô-la no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da CODEBA.

5.6. A não apresentação da garantia no prazo estipulado sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas contratualmente, podendo a CODEBA promover a rescisão contratual ou efetuar retenção dos valores correspondentes, nos termos do RILC-CODEBA.

5.7. A garantia será liberada ou restituída após a emissão do Termo de Encerramento do Contrato, descontados eventuais débitos existentes e mediante declaração da fiscalização quanto ao integral cumprimento das obrigações contratuais.

6. **FUNDAMENTO LEGAL**

6.1. Este documento foi elaborado com base na Lei nº 13.303/2016 e regulamentos internos da estatal (art. 40, art. 41, art. 54 e seguintes).

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1. A empresa licitante deverá apresentar comprovação de que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, sendo aceito somatório de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

7.1.1. O (s) atestado (s) deverá (ão) comprovar que o licitante executou contrato com um mínimo de 30 (trinta) postos de trabalho em área portuária.

7.1.1.1. Justificativa Técnica para a Exigência de Quantitativo Mínimo de 30 Postos de Trabalho:

7.1.1.1.1. A exigência de comprovação de experiência prévia com quantitativo mínimo de 30 (trinta) postos de trabalho mostra-se técnica e proporcional ao objeto licitado, estando em consonância com a legislação vigente, que admite a fixação de quantitativo mínimo de até 50% do total de postos licitados.

7.1.1.1.2. O número de 30 postos foi definido com base no planejamento da contratação, considerando que a execução dos serviços demanda capacidade operacional compatível com a gestão simultânea de equipes, abrangendo escalas de trabalho, cobertura de ausências, supervisão operacional, logística de pessoal, fornecimento de insumos e atendimento às obrigações trabalhistas e previdenciárias, atendendo todos os critérios e rotina operacional apta a compreender as restrições e exigências próprias de um recinto alfandegado e alinhado com as exigências da Comportos.

7.1.1.1.3. A experiência prévia com esse quantitativo mínimo demonstra que a empresa possui estrutura administrativa e operacional suficiente para gerir contratos de porte semelhante, reduzindo riscos de descontinuidade do serviço, falhas na execução contratual e inadimplemento de obrigações legais, aspectos críticos em serviços de natureza continuada nos Portos.

7.1.1.1.4. Ressalta-se que a exigência não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que admite a comprovação, por meio de um ou mais atestados, referentes a períodos sucessivos ou não, e contempla serviços equivalentes ao objeto licitado.

7.1.1.1.5. Dessa forma, a definição do quantitativo mínimo de 30 (trinta) postos de trabalho em áreas sujeitas às restrições de alfandegamento atende aos princípios do planejamento, da razoabilidade, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa, sendo imprescindível para assegurar a adequada execução do contrato, porque exige entendimento de definições operacionais distintas e necessidades administrativas específicas.

7.2. A empresa contratada deverá possuir autorização de funcionamento válida para o exercício de atividades de segurança privada, expedida pelo órgão competente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Polícia Federal, nos termos da Lei nº 14.967/2024 e de sua regulamentação vigente, comprovando-se a regularidade da atividade junto à autoridade fiscalizadora.

7.2.1. Certificado de segurança expedido pela Comissão de Vistoria da Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia, nos termos da Portaria MJ/DPF no 387/2006;

7.2.2. Autorização de funcionamento, concedida pelo Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal conforme a Lei no 7102/83 e alterações, o Decreto no 89.056/83 e alterações e a Portaria MJ/DPF no 387/2006 e alterações;

7.2.3. Autorização para aquisição de armas e munições pela Polícia Federal, ou comprovante de que possui armas devidamente registradas, conforme Portaria MJ no 387/2006.

7.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

7.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, seis meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

7.5. Caso a CODEBA julgue necessário obter maiores informações sobre os atestados apresentados pela licitante, poderão ser solicitadas informações complementares à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, as quais deverão ser disponibilizadas pela licitante mediante solicitação formal da CODEBA.

7.6. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 da IN nº 05/2017;

7.7. Os custos decorrentes da mão de obra vinculada à execução contratual serão objeto de repactuação, observada a data-base da categoria profissional, convenção coletiva, acordo coletivo ou dissídio coletivo aplicável, nos termos da legislação vigente e das disposições constantes da Cláusula 24 (ou 25) deste Termo de Referência.

7.8. Os custos relativos aos insumos, equipamentos, veículos, sistemas tecnológicos e demais parcelas não vinculadas diretamente à mão de obra serão reajustados na forma prevista na Cláusula 24 deste Termo de Referência, mediante aplicação do índice IGPM/FGV, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.1. A licitante deverá comprovar possuir patrimônio líquido mínimo correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação na forma da lei, nos termos do art. 100, §4º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA (RILC).

8.2. A comprovação dar-se-á por meio da apresentação do contrato social consolidado ou estatuto social registrado, acompanhado do último balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3. Destaca-se que a presente contratação envolve serviços continuados de vigilância patrimonial armada e desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo múltiplas unidades portuárias estado da federação (Bahia), incluindo ambientes submetidos a regime ISPS Code e controle aduaneiro.

8.4. Trata-se de contrato de elevada complexidade operacional, com significativa mobilização inicial de recursos humanos, aquisição e manutenção de equipamentos obrigatórios (armamentos, coletes balísticos, rádios, viaturas), bem como disponibilização de recursos tecnológicos integrados, incluindo sistemas de monitoramento, captura de imagem, registro de ocorrências, despacho operacional e gestão de emergências, além do cumprimento rigoroso das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

8.5. A exigência de patrimônio líquido mínimo, revela-se medida proporcional e adequada à mitigação de riscos de inexecução contratual, descontinuidade do serviço, inadimplemento trabalhista ou incapacidade de absorção de oscilações financeiras típicas de contratos intensivos em mão de obra.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A prestação do serviço de vigilância nos postos definidos pela CODEBA será executada em obediência ao disposto na IN SEGES/MPDG n 05/2017 e demais Normas legais pertinentes, e envolverá a alocação de mão de obra capacitada para a execução do serviço com os seguintes objetivos:

- I - Resguardar as pessoas que circulam nos prédios, instalações e demais bens móveis e imóveis da CODEBA;
- II - Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da CONTRATANTE, bem como aquelas que entender oportuna;
- III - Permitir o acesso às instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- IV - Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas dependências da CONTRATANTE identificar o motorista e o veículo, inclusive pessoas autorizadas, mantendo sempre os portões fechados;
- V - Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto e comunicar o fato ao responsável pela instalação e à Segurança Portuária, no caso de desobediência;
- VI - Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança das instalações;
- VII - Repassar para o vigilante que está assumindo o Posto, quando -da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- VIII - Colaborar com a Guarda Portuária e Polícia Federal nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da CONTRATANTE, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas corporações, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- IX - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas durante e após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana;
- X - Controlar a retirada de qualquer bem material, de consumo ou vinculado ao patrimônio da CONTRATANTE quando para fora das suas dependências, somente permitindo sua saída, contra apresentação de autorização emitida por servidor, devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente ou conforme orientações da Guarda Portuária;
- XI - Proceder a identificação e registro da entrada de qualquer servidor ou terceirizado nas instalações e, quando o procedimento ocorrer fora do horário de expediente, exigir a expressa autorização para o ingresso, de acordo com o procedimento de controle de acesso às dependências da CONTRATANTE, seguindo as

orientações da Guarda Portuária;

- XII - Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações;
- XIII - Manter-se no Posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;
- XIV - A CONTRATADA deverá registrar e controlar, diariamente, a frequência e pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços, efetuando a reposição imediata da mão de obra em caso de ausência ou greve da categoria;
- XV - Assumir o serviço no Posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- XVI - Ajudar às pessoas com deficiência física na locomoção quando do acesso, inclusive no que diz respeito ao embarque/desembarque de viaturas;
- XVII - Coibir a colocação de panfletos, cartazes, recortes ou outros de divulgação escrita nos muros e paredes do edifício sede, do edifício dos órgãos anuentes e nas proximidades dos portões de acesso;
- XVIII - Proceder ao final de cada turno de trabalho, vistoria dos prédios, do ponto de vista de segurança, verificando as portas e janelas, ligando ou desligando chaves de circuitos elétricos e aparelhos em geral e quaisquer outras irregularidades;
- XIX - Registrar formalmente todas as ocorrências do Posto em que estiver prestando os serviços;
- XX - O vigilante poderá exigir a abertura de embrulhos ou volumes para conferência de seu conteúdo, retendo os que apresentarem qualquer irregularidade, seguindo as orientações da Guarda Portuária;
- XXI - Exercer a vigilância nas áreas internas e externas dos prédios, com rondas de rotina programadas nas dependências, vias de acesso, garagem e pátios;
- XXII - Atuar de forma a evitar a entrada de armas, munições ou outros objetos que possam vir a causar danos as pessoas ou às instalações, seguindo as orientações da Guarda Portuária;
- XXIII - Os serviços de vigilância serão executados em regime de mútua e constante colaboração com os serviços de recepção, devendo manter rigoroso e absoluto controle sobre o trânsito de pessoas e coibir a presença e permanência de pessoas não autorizadas nas dependências da CONTRATANTE; e
- XXIV - A CONTRATADA deverá manter supervisor nos locais de prestação de serviços para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente disponibilizado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CODEBA.

9.2. Para fins de adequada compreensão e execução contratual, o objeto é composto pelos seguintes elementos:

- I - Mão de obra: profissionais de vigilância patrimonial, com dedicação exclusiva, devidamente qualificados e habilitados;
- II - Insumos: uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), armamentos, munições, rádios, equipamentos/dispositivos móveis individuais de captura de imagem/gravação, materiais operacionais e demais itens necessários à execução dos serviços atendendo aos parâmetros mínimos normativos exigidos;
- III - Recursos operacionais: veículos de apoio, sistemas de monitoramento, soluções tecnológicas de registro de ocorrências, despacho operacional, comunicação e gestão de emergências, destinados à supervisão, fiscalização, mobilidade, coordenação das equipes e registro das atividades;
- IV - Todos os elementos acima descritos são indissociáveis e necessários à plena execução do objeto contratado, não sendo possível sua dissociação sem prejuízo à qualidade, eficiência, rastreabilidade e controle das atividades de vigilância patrimonial.

9.2.1. Os recursos tecnológicos previstos neste Termo de Referência possuem caráter instrumental e acessório, estando diretamente vinculados à execução dos serviços de vigilância patrimonial, não se configurando como objeto autônomo, mas como meio necessário à adequada prestação do serviço.

10. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão executados nas unidades da CODEBA nos endereços constantes do quadro abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
PORTO DE SALVADOR E SEDE	AV. DA FRANÇA, 1551 - COMÉRCIO SALVADOR E SEDE 40.010-000 SALVADOR-BA
PORTO DE ARATU/ CANDEIAS	Via Matoim, s/n, Baía de Caboto Aratu/Candeias 43.800-000 Candeias - Ba
PORTO DE ILHÉUS	Rua Rotary, s/n - Cidade Nova Ilhéus 45.650-000 Ilhéus - Ba

11. **VINCULO EMPREGATÍCIO**

- 11.1. Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CODEBA, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, os quais a CONTRATADA se obriga a saldar na época devida.
- 11.2. É assegurada à CODEBA a faculdade de exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.
- 11.3. É obrigatório à CONTRATADA comprovar efetiva prestação do serviço por parte dos seus colaboradores, mediante assinatura e apresentação da frequência por parte do seu supervisor e preposto.

12. **CATEGORIAS PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADAS**

- 12.1. As categorias profissionais a serem contratadas são as seguintes:
- Vigilantes;
 - Vigilantes Patrimonial;
 - Vigilantes Recepcionistas;
 - Vigilantes Fiscal; e
 - Vigilante Supervisor.
- 12.2. Requisitos da contratação
- 12.2.1. Conforme os Estudos Preliminares, os serviços de vigilância armada e desarmada deverão ser executados por profissionais enquadrados na função de vigilante, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO nº 5173-30, os quais deverão atender integralmente aos requisitos legais previstos na Lei nº 14.967/2024 e em suas normas regulamentares, incluindo, no mínimo:
- nacionalidade brasileira ou condição legalmente equiparada;
 - idade mínima exigida em lei;
 - escolaridade mínima compatível com a função;
 - aprovação em curso de formação de vigilante, realizado em instituição devidamente autorizada pela Polícia Federal;

- aprovação em exames de aptidão física, mental e psicológica;
- inexistência de antecedentes criminais incompatíveis com a atividade;
- regularidade com as obrigações eleitorais e, quando aplicável, militares;
- capacitação específica exigida para o ambiente de atuação, incluindo Treinamento Básico ISPS Code, quando o serviço for prestado em área portuária ou instalação sujeita a esse regime.

12.3. Descrição detalhada dos serviços

12.3.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as instruções contidas neste Termo de Referência, nas recomendações específicas que venham a ser feitas pela CODEBA no decorrer do Contrato, tendo por base as descrições e classificação contida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, e na Legislação vigente.

12.3.2. Local de prestação do serviço e tipo de trabalho

12.4. Atribuições e competências das categorias profissionais

12.4.1. VIGILANTE SUPERVISOR:

- a) Coordenar o trabalho dos demais vigilantes;
- b) Providenciar o correto guarnecimento dos postos de trabalho pelos vigilantes;
- c) Confeccionar a escala de trabalho;
- d) Fiscalizar e liderar o trabalho dos demais vigilantes;
- e) Comunicar ao Supervisor da Segurança Portuária (SSP) qualquer ocorrência anormal nos postos de trabalho;
- f) Providenciar as eventuais substituições necessárias para o bom desenvolvimento do serviço;
- g) Administrar os processos de controle de presença;
- h) Manter o SSP informado sobre a frequência e desempenhos dos demais vigilantes;
- i) Cumprir e fazer cumprir, pelos demais vigilantes, as Normas internas da CODEBA;
- j) Cuidar para que o pessoal em serviço possua uma adequada apresentação pessoal, com uniforme completo e alinhado;
- k) Efetuar rondas aleatórias para a verificação do funcionamento dos postos de serviço;
- l) Apresentar ao SSP relatórios mensais da execução do serviço;
- m) Propor, sempre que necessário, alterações no serviço de vigilância, de forma a buscar melhoras contínuas nas regras de funcionamento;
- n) Dar suporte para desenvolvimento e divulgação de Normas e Procedimentos de acordo com experiência adquirida durante a realização dos serviços;
- o) Dar suporte administrativo nas questões referentes ao contrato;
- p) Sugerir à CONTRATANTE o planejamento, implementação e coordenação dos aspectos táticos, técnicos e operacionais das equipes de vigilância;
- q) Enviar relatórios escritos ao SSP sobre qualquer irregularidade ocorrida no serviço;
- r) Cumprir e fazer cumprir os demais procedimentos de segurança estabelecidos pela CODEBA.

12.4.1.1. Qualificação mínima exigida:

12.4.1.1.6. Para o exercício dessa ocupação requer-se, no mínimo, escolaridade de ensino médio completo.

12.4.2. VIGILANTE PATRIMONIAL:

- a) Controlar o acesso de pessoas e veículos às instalações da CODEBA;
- b) Proteger as instalações da CODEBA, as pessoas e ativos contra acessos não autorizados;
- c) Proteger as instalações da CODEBA contra danos provocados acidentalmente, naturalmente ou de forma intencional;
- d) Prevenir a ocorrência de perdas e danos relativos a informações patrimoniais;
- e) Preparar os documentos e correspondências para remessa por malote, via postal ou distribuição interna/externa, em conformidade com orientações próprias de cada modalidade;
- f) Realizar, por meio de formulários e sistemas próprios, o controle das postagens de correspondências;
- g) Apoiar o Vigilante Fiscal no exercício das suas atribuições;
- h) Atendimento telefônico, interno ou externo, prestação de informações, anotação de recados e fornecimento de informações ao público;

12.4.2.1. Qualificação mínima exigida:

12.4.2.1.7. Os profissionais indicados pela CONTRATADA para a prestação dos serviços devem ter curso de ensino médio completo e experiência comprovada na atividade.

12.4.2.1.8. A demonstração de experiência do profissional pode ser feita mediante registro em carteira de trabalho ou declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.4.3. VIGILANTE RECEPCIONISTA:

- a) Efetuar a recepção dos visitantes às instalações da CODEBA;
- b) Atender ao público em geral, no posto de trabalho onde estiver alocada, para identificá-los, tomar conhecimento de suas pretensões e prestar esclarecimentos diversos;
- c) Proceder ao atendimento telefônico, interno ou externo, prestação de informações, anotação de recados e fornecimento de informações ao público;
- d) Cadastrar os visitantes no sistema de controle de acesso;
- e) Orientar o visitante de como proceder em função do local a ser visitado;
- f) Cuidar para que a área de trabalho esteja limpa e arrumada;
- g) Ter conhecimento pleno das Normas de acesso;
- h) Efetuar o contato com o setor a ser visitado para que autorize a visita pleiteada;
- i) Comunicar qualquer anormalidade ao vigilante da respectiva portaria ou ao Centro de Controle da Segurança Portuária;

12.4.3.0.9. A demonstração de experiência do profissional pode ser feita mediante registro em carteira de trabalho ou declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.4.4. VIGILANTE FISCAL:

- a) Organizar o estacionamento dos veículos na área do Pátio de Triagem;
- b) Controlar o movimento de veículos no Pátio de Triagem;
- c) Fiscalizar o estacionamento de veículos na área do portão de acesso nº3 e suas cercanias;

- d) Fiscalizar o acesso e o estacionamento de veículos no prédio dos órgãos anuentes;
- e) Zelar para que sejam cumpridas as Normas vigentes sobre acesso de veículos;
- f) Apoiar o Vigilante Patrimonial no controle do acesso ao portão de nº 3;
- g) Comunicar qualquer anormalidade ao Inspetor da Segurança Portuária ou ao Centro de Controle da Segurança Portuária;
- h) Executar outras atividades correlatas;
- i) Condução da viatura;

12.4.4.1. Qualificação mínima exigida: Para o exercício dessa ocupação requer-se no mínimo escolaridade de ensino médio completo, habilitação mínimo categoria B e conhecimento da legislação de trânsito.

12.5. Competências pessoais

12.5.1. Para o exercício das funções acima listadas, é imperioso que cada Vigilante possua as seguintes competências pessoais:

- a) Manter-se disciplinado;
- b) Cuidar da aparência e higiene pessoal;
- c) Contornar situações adversas;
- d) Demonstrar cordialidade;
- e) Cultivar a sensibilidade;
- f) Manter-se comprometido com o serviço a executar;
- g) Cultivar a ética profissional;
- h) Manter-se dinâmico;
- i) Demonstrar paciência;
- j) Demonstrar educação;
- k) Lidar com estresse;
- l) Possuir responsabilidade ambiental; m) Manter-se atualizado;
- m) Demonstrar capacidade de organização;
- n) Manter-se atento;
- o) Demonstrar discrição;
- p) Manter equilíbrio emocional;
- q) Sugerir melhorias no serviço.

12.6. Quantitativo de postos de trabalho por categoria profissional e por localidade

12.6.1. O Quadro de Pessoal que deverá atender o objeto deste Termo de Referência é o considerado no quadro abaixo da seguinte forma:

TABELA 01

PORTO ORGANIZADO DE SALVADOR		
SERVIÇO	POSTOS	JORNADA
VIGILANTE SUPERVISOR	01	SEG A SEX - 44 HORAS
VIGILANTE RECEPCIONISTA	03	SEG A SEX - 44 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL ARMADO DIURNO	09	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL ARMADO NOTURNO	08	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL DESARMADO DIURNO	05	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL DESARMADO NOTURNO	04	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE FISCAL DIURNO	01	SÁB E DOM – 07 ÀS 19:00 HORAS
VIGILANTE FISCAL NOTURNO	01	SEG A DOM – 19 ÀS 07:00 HORAS
VIATURA	01	24h
PORTO ORGANIZADO DE ARATU-CANDEIAS		
SERVIÇO	POSTOS	JORNADA
VIGILANTE SUPERVISOR	01	SEG A SEX - 44 HORAS
VIGILANTE RECEPCIONISTA ADM	01	SEG A SEX - 44 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL ARMADO DIURNO	04	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL ARMADO NOTURNO	04	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL DESARMADO DIURNO	04	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL DESARMADO NOTURNO	04	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE FISCAL DIURNO	01	SÁB E DOM – 07 ÀS 19:00 HORAS
VIGILANTE FISCAL NOTURNO	01	SEG A DOM – 19 ÀS 07:00 HORAS
VIATURA	01	24h
PORTO ORGANIZADO DE ILHÉUS		

SERVIÇO	POSTOS	JORNADA
VIGILANTE SUPERVISOR	01	SEG A SEX - 44 HORAS
VIGILANTE RECEPCIONISTA	01	SEG A SEX - 44 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL ARMADO DURNO	04	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL ARMADO NOTURNO	04	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL DESARMADO DIURNO	01	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE PATRIMONIAL DESARMADO NOTURNO	01	SEG A DOM 12 X 36 HORAS
VIGILANTE FISCAL DIURNO	01	SÁB E DOM – 07 ÀS 19:00 HORAS
VIGILANTE FISCAL NOTURNO	01	SÁB E DOM – 07 ÀS 19:00 HORAS
VIATURA	01	24h

12.6.2. Todos os profissionais alocados em postos operacionais de vigilância patrimonial, especialmente aqueles envolvidos em atividades de ronda, fiscalização, controle de acesso e atuação em áreas sensíveis, deverão ser equipados com sistema/equipamento individual e portátil de captura de imagem, destinado ao registro das atividades operacionais, ocorrências e abordagens realizadas no exercício de suas funções.

12.6.3. A utilização dos referidos equipamentos constitui recurso operacional relevante para a adequada execução contratual, na medida em que viabiliza o controle das atividades, o registro de ocorrências, a rastreabilidade das ações e a mitigação de riscos, especialmente em ambiente portuário sujeito a normas específicas de segurança e controle.

12.6.3.1. A definição dos postos que demandarão a utilização obrigatória dos equipamentos será realizada pela CONTRATANTE, com base em critérios de criticidade operacional, risco e necessidade de rastreabilidade das ações.

12.6.3.2. Os equipamentos/dispositivos móveis individuais de captura de imagem/gravação deverão atender a requisitos técnicos mínimos compatíveis com a finalidade do serviço, garantindo, no mínimo:

- I - qualidade adequada de registro de imagem e áudio;
- II - II – autonomia operacional compatível com a jornada de trabalho;
- III - III – capacidade de armazenamento e/ou transmissão dos dados;
- IV - IV – segurança da informação, incluindo mecanismos de proteção contra acesso não autorizado;
- V - V – identificação do usuário e registro de data e hora das gravações.

12.6.3.2.10. As soluções tecnológicas apresentadas poderão variar quanto à arquitetura e tecnologia empregada, desde que atendam às funcionalidades exigidas neste Termo de Referência e permitam adequada fiscalização e rastreabilidade das atividades.

12.6.4. A utilização de equipamentos de captura de imagem e das soluções tecnológicas associadas observará integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como as normas complementares aplicáveis, devendo atender às seguintes diretrizes:

- I - **Finalidade:** registro de atividades operacionais, controle de ocorrências, apoio à segurança institucional e fiscalização contratual;
- II - **Base legal:** o tratamento de dados pessoais será realizado com fundamento no cumprimento de obrigação legal/regulatória e na execução de políticas públicas e atividades de interesse público, nos termos da legislação aplicável;
- III - **Armazenamento:** os dados deverão ser mantidos em ambiente seguro, com controle de acesso restrito, observando-se padrões adequados de segurança da informação;
- IV - **Controle de acesso:** acesso limitado a profissionais autorizados da CONTRATADA e da CONTRATANTE, com registro de logs e rastreabilidade das operações realizadas;
- V - **Responsabilidade:** a CONTRATADA atuará como operadora dos dados, sob orientação da CONTRATANTE, que atuará como controladora, sendo responsável por garantir a conformidade das operações de tratamento;
- VI - **Ciclo de vida dos dados:** coleta, armazenamento, uso restrito, compartilhamento quando necessário e descarte seguro, conforme diretrizes da CONTRATANTE;
- VII - **Prazo de retenção:** os dados deverão ser mantidos pelo prazo mínimo necessário ao cumprimento da finalidade contratual e obrigações legais, sendo posteriormente descartados de forma segura;
- VIII - **Segurança da informação:** adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, perda, alteração ou vazamento;
- IX - **Gestão de incidentes:** a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, de forma imediata, qualquer incidente de segurança da informação que possa comprometer os dados tratados, adotando as medidas necessárias para sua mitigação;
- X - **Auditoria e conformidade:** a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, auditar os procedimentos adotados pela CONTRATADA quanto ao tratamento de dados pessoais.

12.6.4.0.11. A CONTRATADA responderá integralmente por eventuais incidentes de segurança decorrentes do tratamento inadequado dos dados.

13. OBRIGAÇÕES DA CODEBA

13.1. São obrigações da CODEBA:

13.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e deste Termo de Referência.

13.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

13.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

13.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

13.1.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.6. Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

- 13.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 13.1.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 13.1.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13.1.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 13.1.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DOS VEÍCULOS DE APOIO OPERACIONAL

- 14.1. A empresa contratada deverá disponibilizar, obrigatoriamente, 01 (um) veículo por porto, totalizando 03 (três) veículos, destinados exclusivamente ao apoio das equipes internas de fiscalização, supervisão e apoio operacional.
- 14.2. Os veículos deverão:
 - a) Estar disponíveis em tempo integral durante a vigência do contrato;
 - b) Possuir condições adequadas de uso, segurança e conservação;
 - c) Conter identificação visual informando que o veículo está a serviço da CODEBA;
 - d) Ser utilizados exclusivamente em atividades relacionadas à execução do contrato de vigilância patrimonial;
 - e) Ter todos os custos de manutenção, combustível, seguros, documentação e motoristas sob inteira responsabilidade da empresa contratada.
- 14.3. Especificação Mínima do Veículo de Apoio Operacional
- 14.3.1. Cada veículo disponibilizado pela contratada deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações:
 - a) Tipo: Automóvel de passeio ou utilitário leve, com 4 (quatro) portas;
 - b) Capacidade: Mínimo de 5 (cinco) ocupantes;
 - c) Ano de fabricação/modelo: Veículo 0 (zero) km;
 - d) Motorização: Compatível com o uso urbano e rodoviário;
 - e) Combustível: Flex (etanol/gasolina) ou equivalente;
 - f) Direção: Hidráulica ou elétrica;
 - g) Ar-condicionado: Obrigatório;
 - h) Sistema de segurança: Freios ABS, airbag (mínimo frontal duplo) e cintos de segurança para todos os ocupantes;
 - i) Estado de conservação: Em perfeitas condições de uso, limpeza e funcionamento;
 - j) Documentação: Em situação regular junto aos órgãos de trânsito;
 - k) Identificação visual: Adesivado ou identificado com a informação “A serviço da CODEBA”;
- 14.4. Responsabilidades da Contratada

14.4.1. A contratada será integralmente responsável por:

- Combustível;
- Manutenção preventiva e corretiva;
- Seguros;
- Licenciamento e documentação;
- Substituição imediata do veículo em caso de defeito, acidente ou indisponibilidade.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRADA, além do fornecimento da mão-de-obra, obriga-se a:

15.2. Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

15.3. Responsabilizar, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

15.4. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, com as funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

15.5. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal, observando o pagamento dos adicionais de periculosidade ou insalubridade, devidos de acordo com a função exercida;

15.6. Manter seu pessoal bem uniformizado, identificando-os através de crachás com fotografia recente;

15.7. Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CODEBA;

15.8. Exercer o controle sobre assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar Relatórios Mensais de Frequência (RMF), abatendo faltas e atrasos, não só dos proventos dos seus empregados como da fatura apresentada à CONTRATANTE.

15.8.1. O RMF deverá conter também a Unidade Administrativa da CONTRATANTE onde o prestador de serviço exerce suas atividades, acrescida do respectivo número do telefone para contato e acompanhamento, por parte do fiscal do contrato;

15.9. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

15.10. Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CODEBA;

15.11. Orientar o Vigilante Supervisor para que assuma a missão de garantir o bom andamento dos serviços, permanecendo no local do trabalho em horário comercial, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos seus executantes;

15.12. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;

15.13. Ressarcir à CODEBA os prejuízos causados pelos seus empregados ao patrimônio público, à Administração e a terceiros, quando da execução dos serviços contratados, independentemente de dolo ou culpa destes;

15.14. Nos casos de horas extras, os índices aplicados serão os estipulados pelo Sindicato da Categoria;

- 15.15. Cumprir a legislação vigente que regule a segurança, higiene, saúde, medicina do trabalho e meio ambiente, sob pena de embargos ou suspensão;
- 15.16. Ministrar cursos de treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho, no intervalo máximo de 12 meses, de acordo com as necessidades de cada categoria, e sempre que a CODEBA entender conveniente;
- 15.17. Encaminhar à CODEBA, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;
- 15.18. Possuir em seus quadros, pessoal de reserva, para que as substituições eventuais sejam feitas de imediato, sem prejuízo do serviço;
- 15.19. Substituir o empregado por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:
- a) Falta justificada, no prazo máximo de sessenta minutos, a contar da ciência do afastamento;
 - b) Gozo de férias;
 - c) Solicitação do (s) gestor (es) do contrato.
- 15.20. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CODEBA, e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisações dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
- 15.20.1. A empresa CONTRATADA deverá providenciar o transporte dos colaboradores que atenderão aos postos de trabalho no Porto de Aratu, de maneira a contemplar as jornadas de trabalho administrativo e operacional, que deverá ocorrer às suas expensas;
- 15.21. Manter cópias dos exames admissionais, demissionários, periódicos e ASO à disposição da CODEBA;
- 15.22. Manter cópias do PPRA e PCMSO à disposição da CODEBA;
- 15.23. Manter o Vigilante Supervisor para gerenciar operacionalmente os demais vigilantes e para comandar, coordenar, e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da CODEBA;
- 15.24. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados;
- 15.25. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 15.26. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do representante mencionado no item anterior; e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 15.27. Pagar até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários de seu pessoal, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, as comprovações respectivas;
- 15.28. Observar os prazos legais e regulamentares na entrega ao seu pessoal dos vales-transportes e vale-refeição;
- 15.29. Em relação ao primeiro mês da prestação dos serviços, apresentar à CODEBA, cópias autenticadas em cartório – ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber dos seguintes documentos:
- a) Relação nominal dos empregados em atividade, contendo nome completo, cargo ou função, remuneração, benefícios adicionais e seu quantitativo, endereço residencial, horário do posto de trabalho, RG e CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - b) Cópia da CTPS dos empregados e dos responsáveis técnicos, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;
 - c) Convenção ou acordo coletivo de trabalho aplicável, utilizado pela CONTRATADA para elaborar sua proposta vencedora;
 - d) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
 - e) Atestado de antecedentes civil e criminal daqueles que irão prestar os serviços;

f) Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais do contrato;

g) Carteira nacional de vigilante ou protocolo de pedido do registro na Polícia Federal, para os Vigilantes Patrimoniais;

15.29.1. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo;

15.29.2. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formalmente esclarecidas;

15.30. Em relação ao último mês da prestação dos serviços, com a extinção ou rescisão do contrato, apresentar à Administração da CODEBA, cópias autenticadas em cartório – ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber dos seguintes documentos:

a) Documentos relativos ao último mês da prestação dos serviços;

b) Notificação de aviso prévio aos empregados desligados;

c) Termos de rescisão de contrato de trabalho dos empregados utilizados na prestação de serviços contratados, devidamente homologados, quando exigível, pelo sindicato da categoria;

d) Comprovante de pagamento das verbas rescisórias;

e) Exames médicos demissionais dos empregados desligados;

f) CTPS dos empregados demitidos;

g) Guias de recolhimento rescisório da contribuição previdenciária e do FGTS, quando exigíveis;

15.30.1. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pelo CONTRATADO, para serem formalmente esclarecidas.

15.31. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela CODEBA;

15.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CODEBA autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.33. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.34. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

15.35. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

15.36. Fornecer os uniformes e o material a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

12.36. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

15.36.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

- 15.37. Autorizar à CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 15.37.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria CODEBA (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;
- 15.38. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 15.39. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 15.40. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a 23 CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 15.41. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar Normas Internas da CODEBA;
- 15.42. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 15.43. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;
- 15.44. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;
- 15.45. Manter, durante a vigência deste contrato sede, filial ou escritório de representação na cidade de Salvador/BA ou na sua Região Metropolitana, Ilhéus/BA ou providenciar sua instalação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, com finalidade de facilitar a fiscalização e o acompanhamento do contrato por parte da CODEBA, bem como, operacionalizar o recrutamento e seleção da mão de obra envolvida nos serviços, além de acompanhamento regular e constante do cumprimento das rotinas de serviços e de facilitar o cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais;
- 15.46. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.47. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 15.48. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 15.49. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 15.50. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 15.51. A CONTRATADA deverá fornecer solução de Registro de Ocorrências e Despacho e Solução de Emergência baseada em nuvem com as características abaixo:
- 15.52. A solução de Registro de Ocorrências e Despacho completa, deve ser projetada com elementos de alta disponibilidade para garantir a continuidade operacional, permitindo apenas paradas programadas para manutenção. Para sustentar a solução, a CONTRATADA fornecerá todo o hardware e software necessários, seja via servidor físico ou máquina virtual, incluindo storages, licenças de banco de dados, sistema operacional e virtualização. É responsabilidade da CONTRATADA garantir o pleno compliance de todas as licenças de software utilizadas, enquanto a CONTRATANTE disponibilizará a banda de rede necessária para o tráfego de informações até as estações licenciadas;

- 15.53. O sistema deve permitir a estruturação técnica de cadastros essenciais, organizando tipos e subtipos de ocorrência com critérios de priorização, além de unidades de segurança, mapas de áreas e grupos de despacho vinculados à localização e natureza dos eventos. A solução deve contemplar a configuração de estações de trabalho autenticadas, associando-as a grupos de despacho específicos, e gerenciar os dispositivos móveis e veículos da equipe de campo. Para garantir o fechamento adequado do ciclo de atendimento, o software deverá disponibilizar códigos de finalização que indiquem tecnicamente o desfecho de cada ocorrência registrada;
- 15.54. O módulo de registro deve exigir obrigatoriamente a localização, tipo e subtipo para o início de qualquer atendimento, oferecendo ferramentas de apoio como clique no mapa para coordenadas exatas e estratégia de autocomplete para endereços, prédios ou setores. Ao definir os dados iniciais, o sistema indicará automaticamente os grupos de despacho competentes, permitindo a inclusão manual de grupos adicionais e campos para dados dos solicitantes. A funcionalidade de comentários deve ser unificada para todos os envolvidos, permitindo a leitura cronológica, inclusão de imagens via upload e manutenção de logs de alteração e exclusão;
- 15.55. Para a gestão operacional, o sistema deve emitir alertas visuais e sonoros nas estações sempre que uma ocorrência for gerada, atribuindo um número de protocolo único para cada grupo de despacho envolvido. Os despachantes visualizarão no mapa os agentes e viaturas de seu grupo, acessando ícones que informam o status por cor, o líder da guarnição, composição da equipe e horário da última localização. Ao associar uma viatura a um despacho, o sistema enviará alertas automáticos ao dispositivo móvel do veículo, mantendo um fluxo de estados que inclui as fases Pendente, Comunicada, Recebida, Em Rota, Chegada ao Local, Em Transporte e Fechada;
- 15.56. A solução deve oferecer ferramentas avançadas de controle, como a unificação de múltiplas ocorrências para evitar duplicidade de eventos, a retenção de chamados com reabertura agendada e a marcação de ocorrências em destaque. O sistema deve plotar as câmeras de videomonitoramento da CONTRATANTE em mapa, permitindo registrar relatos vinculados às câmeras e abrir ocorrências diretamente a partir desses dados. Além disso, deve ser possível consultar um panorama histórico georreferenciado, visualizando o status exato de viaturas e ocorrências em qualquer momento específico do passado, bem como emitir relatórios customizados e painéis de dados;
- 15.57. O aplicativo móvel integrado permitirá que a equipe de campo realize login para ficar disponível ao despacho, receba notificações em tempo real e altere o status da ocorrência conforme o deslocamento. Através do dispositivo, os agentes poderão incluir comentários, fotos, vídeos e preencher formulários customizáveis com qualificadores detalhados sobre pessoas e veículos, incluindo painéis para marcação de lesões corporais. O aplicativo deve ainda permitir a criação de novas ocorrências diretamente do campo e a sinalização de situações de "fora de serviço" para abastecimento ou alimentação;
- 15.58. Complementarmente, a CONTRATADA implantará uma Solução de Emergência baseada em nuvem, composta por um ambiente operacional para a Central de Monitoramento e um aplicativo para dispositivos móveis previamente habilitados. O sistema operacional da central exigirá login individualizado e permitirá o cadastro de perfis, estabelecimentos e dispositivos acionadores identificados unicamente. Em caso de ativação de emergência, o sistema gerará alerta sonoro e visual imediato no mapa georreferenciado, permitindo que o operador identifique o estabelecimento e o dispositivo que originou a chamada de socorro;
- 15.59. A solução de emergência deve permitir a visualização da transmissão de vídeo e áudio em tempo real a partir do aplicativo acionador, com a possibilidade de o operador abandonar a visualização sem encerrar o alerta. O sistema deve permitir o envio de mensagens rápidas pré-estabelecidas e o download das mídias geradas, mantendo as gravações por no mínimo 30 dias. Para evitar acionamentos indevidos, a solução deve permitir a configuração de um raio máximo de distância entre o dispositivo acionador e o estabelecimento; caso o dispositivo esteja fora desse limite, a geração do alerta será bloqueada;
- 15.60. O aplicativo de emergência permitirá o uso das câmeras frontal e traseira do dispositivo, além de possibilitar a digitação de mensagens e a reprodução do áudio capturado na central para que o usuário ouça as instruções do operador. A transmissão de mídia e localização deve continuar ininterrupta mesmo que o aplicativo seja colocado em segundo plano ou o dispositivo mude entre redes GSM (3G, 4G, 5G) e Wi-Fi;
- 15.61. O aplicativo deve ainda suportar a ativação de emergência via dispositivos externos através de tecnologia Bluetooth e sinalizar claramente ao usuário quando um operador estiver acessando sua transmissão. Para o cadastro e controle, deverão constar os dados dos responsáveis e seus números de celular, garantindo que todas as permissões do dispositivo estejam ativas para o pleno funcionamento do sistema. Toda a atividade na plataforma, desde o acesso às transmissões até o download de mídias e encerramento de alertas, deve ser rigorosamente registrada em logs para auditoria posterior;
- 15.62. Esta plataforma que unifica o despacho de equipes armadas e o monitoramento de emergências via vídeo deverá elevar o nível de proteção do patrimônio e dos usuários. Essa estrutura técnica permitirá que a CONTRATANTE tenha total controle sobre a operação, desde a triagem inicial da ocorrência até o fechamento final com documentação fotográfica e técnica das ações realizadas em campo;

- 15.63. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer sugestão de mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;
- 15.64. A CONTRATADA deverá manter apólice de seguro de vida em grupo para os profissionais alocados na execução do contrato, em conformidade com a Lei nº 14.967/2024 e com as normas coletivas da categoria, devendo apresentar cópia da apólice vigente à CODEBA como condição de regularidade contratual.
- 15.65. A CONTRATADA deverá comprovar a formação técnica específica dos Vigilantes Patrimoniais alocados nos postos, através de Certificado do Curso de Formação de Vigilantes, expedido por Instituição habilitada e reconhecida;
- 15.66. A CONTRATADA deverá comprovar que todos os vigilantes disponibilizados para a execução dos serviços estão devidamente registrados e habilitados junto à Polícia Federal, conforme quantitativo exigido para o contrato, mediante a apresentação da Carteira Nacional de Vigilante válida ou documento equivalente que comprove o pedido de registro em tramitação, nos termos da legislação vigente.
- 15.67. Apresentar anualmente a renovação de autorização para funcionamento, em nome da empresa, emitida pelo Departamento da Polícia Federal, bem como todos os atestados, certidões e declarações de renovação de funcionamento e exercício da atividade;
- 15.68. Apresentar à CODEBA a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão- de-obra nos Postos;
- 15.69. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento em serviço nos Postos;
- 15.70. Fornecer colete à prova de balas para os vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica, nos termos da Portaria SIT/DSST n.º 191 da 04/12/2006;
- 15.71. Instruir aos seus empregados de que a arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da CODEBA, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- 15.72. Manter em perfeito funcionamento todos os equipamentos, efetuando manutenção periódica e/ou substituindo de imediato aqueles que sofrerem danos;
- 15.73. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CODEBA;
- 15.74. Comprovar autorização para a utilização de equipamentos de radiocomunicações móveis, fixos ou portáteis, conforme norma nº 13/97 da Agência Nacional de Telecomunicação _ ANATEL;
- 15.75. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CODEBA;
- 15.76. Impedir que o funcionário que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne às instalações da CONTRATANTE;
- 15.77. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CODEBA, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho;
- 15.78. Comprovar que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos vigilantes de cada posto de serviço tenham conhecimento de técnicas de combate a incêndio através de curso de prevenção de incêndios;
- 15.79. Responsabilizar-se quando ocorrer desaparecimento de material, bens ou valores, por omissão ou negligência da CONTRATADA, devendo, no mínimo, arcar com o ônus da reposição do item;
- 15.80. Adotar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento a instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010:
- I - Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; 26
 - II - Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da CODEBA, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

- III - Respeitar as Normas Brasileiras — NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- IV - Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da CODEBA.

15.81. Fornecer a seus empregados, para a perfeita execução dos serviços, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- I - Revólver calibre 38, para os postos diurnos e noturnos (armados);
- II - Munição calibre 38, sendo um blister com 10 unidades para cada arma utilizada;
- III - Cinto com coldre, baleiro e porta cassetete/PR24, sendo um para cada vigilante armado;
- IV - Cassetete/pr24;
- V - Dispositivo móvell de captura;
- VI - Lanterna tática recarregável, com no mínimo duas baterias para cada lanterna; VI. Colete balístico;
- VII - Rádio HT, com no mínimo duas baterias cada rádio.
- VIII - Crachá IX. Livro de Ocorrência;
- IX - Apito e cordão; e
- X - Lanterna e suas pilhas.

15.82. As armas, coletes, lanternas e cassetete/PR24 usados nos postos 12x36 diurnos armados poderão ser passados para os postos 12x36 noturno armado.

15.83. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços para os empregados;

15.84. A CONTRATADA deverá apresentar à CODEBA a Relação de Armas e cópias autenticadas dos respectivos Registro de Arma e Porte de Arma, que serão utilizadas pela mão de obra nos postos contratados;

15.85. Os equipamentos acima descritos deverão ser fornecidos ao vigilante no momento da implantação dos postos;

15.86. A CONTRATADA deverá manter as evidências de treinamentos de segurança e fichas individuais de fornecimento de EPI com o Vigilante Supervisor;

15.87. A munição fornecida deve possuir procedência de fabricante, não sendo permitido, em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

15.88. Observar o disposto na CCT, quanto à utilização do colete à prova de balas. O colete deverá ser diverso do que estava sendo usado pelo vigilante que está sendo - substituído, ou a empresa deverá fornecer, alternativamente, capa individual;

15.89. A empresa CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, sempre que necessário, todo o equipamento de proteção individual (EPI) e acessórios que protejam a saúde e integridade física do trabalhador;

15.90. Caberá à CONTRATADA orientar os seus empregados quanto ao uso correto dos EPI, bem como, tornar o seu uso obrigatório;

15.91. O empregado que se recuse a utilizar os EPI nos serviços, deverá ser penalizado e substituído no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa; Uniformes

15.92. A CONTRATADA deverá fornecer a seus empregados uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

15.92.1. Os uniformes deverão ser submetidos previamente à aprovação da CONTRATANTE, logo após a assinatura do contrato, resguardado o direito de a 28 CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação;

15.92.2. O enxoval completo do uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário, nos quantitativos anuais indicados:

- a) Calça (02);
- b) Camisa manga longa (02);
- c) Camisa manga curta (02);
- d) Cinto de nylon (01);
- e) Cinto completo com coldre, baleiro e porta cassetete/PR24 (01);
- f) Par de sapatos ou coturnos (01);
- g) Par de meias (06);
- h) Jaqueta de frio ou japonsa (01);
- i) Capa de chuva com capuz (01);
- j) Capas de colete balístico (04), se a empresa não fizer a opção de fornecer um colete para cada vigilante;
- k) Emblema da empresa (01) com boné ou similar se a cobertura fizer parte do uniforme padrão da empresa;
- l) Plaqueta de identificação (01).

15.92.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Tecido resistente, leve, confortável e arejado de acordo com o clima da região;
- b) Uniforme identificado com o nome ou logotipo da empresa CONTRATADA nas camisas e jaquetas;
- c) Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao Vigilante Supervisor;
- d) O modelo de uniforme dos vigilantes não será aprovado quando semelhante aos utilizados pelas Forças Armadas e Forças Auxiliares;
- e) Os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes deverão ser substituídos sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE;
- f) Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos uniformes e materiais deverá ser repassado aos seus empregados;

15.92.4. A contratada deverá disponibilizar para cada vigilante um dispositivo móvel corporal que possa fazer envio de imagens/videos para a central de monitoramento com intuito de permitir uma melhor visão situacional no centro de operações quando no contexto de acionamento de emergência;

15.92.5. Deve ser fornecido 01 (um) enxoval completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo os itens serem substituídos a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

16. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato será realizada pela área demandante Gerência do Porto de Salvador, sendo subsidiária pela Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária e consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da CODEBA, na forma do art. 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016 de modo a permitir:

16.1.1. Acompanhar os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida;

16.1.2. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

16.1.3. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;

16.2. A satisfação do público usuário;

16.3. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no **art. 83 da Lei 13.303/2016**, que prevê advertência, multa, impedimento de contratar e declaração de inidoneidade.

16.4. O representante da CODEBA deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, na forma do art. 40, inciso VII da Lei nº 13.303/2016.

16.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 83 Lei nº 13.303/2016.

16.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

16.7. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3o da Constituição federal, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- g) realização de exames admissionais, demissionais, periódicos e apresentação do ASO;
- h) treinamentos de segurança em atendimento às Normas Regulamentadoras, ex: proteção respiratória, uso, manutenção e higienização de EPI, e treinamento de reciclagem das atividades fim;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;
- k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;
- l) apresentação dos programas PPRA e PCMSO.

17. AS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA.

17.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATADA;

17.2. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação de serviços ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência da CODEBA;

17.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

17.4. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação.

17.5. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CODEBA da CODEBA, nem poderá onerar o objeto deste termo de referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer tipo vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CODEBA.

17.6. O descumprimento das obrigações sociais, comerciais e fiscais, acarretará providências estabelecidas no artigo 47 da Instrução Normativa/MPOG n.º 05, de 25 de maio de 2017.

18. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

18.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar nas instalações do local de execução dos serviços vistoria ou visita técnica, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (71) 3320-1330/1331 ou por e-mail para pregao@codeba.com.br;

18.2. A realização da vistoria pode ser comprovada/substituída por uma Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto ou que realizou vistoria no local, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP no 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEBA.

18.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

18.4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

18.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes

18.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

19. **PENALIDADES**

19.1. Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, a CODEBA poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

19.1.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

19.1.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações da CODEBA, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da CODEBA e registrada no SICAF, nos seguintes casos:

a) quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

b) quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

c) quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;

d) quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;

e) quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

f) Todas as hipóteses tratadas no subitem i serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

19.1.1.2. Pela ÁREA DEMANDANTE, orientada pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto:

- a) quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- b) quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

19.1.2. **MULTA:** É a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pela ÁREA DEMANDANTE, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

19.1.3. Nos casos de atrasos:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
- e) 0,02% (dois centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 4% (quatro por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; 16.1.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	5
3	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme sujo, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência;	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
Para os itens seguintes, deixar de:		
6	Zelar pelas instalações utilizadas, por item e por dia;	3
7	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	1
9	Entregar os salários, vales-transportes e/ou tíquete-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.	2
10	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	2
11	Pelo atraso no fornecimento ou renovação dos uniformes, conforme previsto no Termo de Referência	2
12	Fornecer os uniformes para cada categoria, nas quantidades requeridas, por funcionário e por ocorrência	2
13	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.	6
14	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos, nas quantidades previstas no edital.	2
15	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	1

16	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	2
----	--	---

19.1.4. Quando as multas atingirem o limite de 10% (dez por cento) do valor do Pedido de Compra, a CODEBA poderá promover a rescisão parcial ou total do contrato.

19.1.5. Nos casos de recusa ou inexecução:

- a) De 0,5% (meio por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, atualizado na forma da lei, no caso de desatendimento de determinação da Fiscalização;
- b) De 10% (dez por cento) sobre valor global da contratação, no caso de recusa injustificada em retirar o Pedido de Compra, configurando inadimplemento total; 36
- c) De 10% (dez por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, no caso de não manutenção das condições de Habilitação, inviabilizando a contratação; e d) De 10% (dez por cento) sobre valor global do Pedido de Compra, no caso de não fornecimento, sob alegação de que o preço de mercado se tornou superior ao preço registrado.

19.1.6. A multa será formalizada por simples apostilamento e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

19.1.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEBA ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

19.1.8. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

19.1.9. SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou CONTRATADA no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

- a) Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.
- b) A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;
- c) Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.
- d) Por até 5 (cinco) anos, quando a CONTRATADA:

- I - Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- II - Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - Receber qualquer das multas previstas no subitem.

19.1.10. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- a) O Setor responsável pelas licitações da CODEBA, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- b) A ÁREA DEMANDANTE, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

19.1.11. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF.

19.2. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CODEBA, na Gerência Financeira da CODEBA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação.

19.3. Decorrido esse prazo, as multas devidas e/ou prejuízos serão deduzidos da garantia, ou ainda, inexistindo lastro garantidor, cobrados judicialmente.

19.4. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

19.5. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

19.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CODEBA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CODEBA, observado o princípio da proporcionalidade.

19.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.10. É facultado à CONTRATADA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

19.11. O recurso será dirigido para a ÁREA DEMANDANTE, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. Para o presente fornecimento deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental pela CONTRATADA:

- a) Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. 31 da Lei nº 13.303/2016 e com o art.6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- b) Respeitar e aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR-15448-01 e 15448-2, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- c) Atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E AFERIÇÃO DE RESULTADOS

21.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento mensal considerará os seguintes critérios:

a) **Medição Quantitativa — Postos Efetivamente Ocupados:**

- I - A unidade de medição será o posto/mês, considerando-se as horas efetivamente trabalhadas em cada posto de vigilância;
- II - Serão glosados do pagamento mensal os valores correspondentes a:

- Faltas não cobertas por substituto: desconto integral do valor do posto/dia;
- Atrasos superiores a 15 (quinze) minutos: desconto proporcional às horas não trabalhadas;
- Abandono de posto: desconto integral do turno, sem prejuízo das sanções cabíveis;

III - A comprovação das horas efetivamente trabalhadas dar-se-á mediante apresentação de folhas de ponto, preferencialmente eletrônicas, e relatórios de frequência emitidos pelo Vigilante Supervisor.

b) **Medição Qualitativa — Instrumento de Medição de Resultado (IMR):**

I - Além da medição quantitativa, a execução contratual será avaliada mensalmente por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme indicadores estabelecidos neste item;

II - O descumprimento das metas estabelecidas para cada indicador ensejará a aplicação de glosas no pagamento mensal, na forma prevista na tabela a seguir.

21.2. **Tabela de Indicadores de Desempenho:**

Nº	INDICADOR	META	FORMA DE AFERIÇÃO	GLOSA POR DESCUMPRIMENTO
1	Cobertura de Postos	≥ 98%	(Horas efetivas / Horas previstas) × 100, aferido por folhas de ponto e relatórios de frequência	0,5% do valor mensal por ponto percentual abaixo da meta
2	Tempo de Resposta a Ocorrências	≤ 5 minutos	Registro no Livro de Ocorrências com horários de comunicação e atendimento	0,3% do valor mensal por ocorrência com atraso
3	Apresentação e Uniformização	100% conformidade	Inspeções semanais aleatórias realizadas pelo Fiscal do Contrato	0,2% do valor mensal por não conformidade identificada
4	Equipamentos e Materiais Operacionais	100% funcionando	Checklist diário de equipamentos (rádios, lanternas, armamento, coletes)	0,3% do valor mensal por dia com equipamento inoperante
5	Rondas Realizadas	100% das programadas	Registros em bastão de ronda eletrônico ou Livro de Ocorrências	0,2% do valor mensal por ronda não realizada
6	Registro de Ocorrências	100% documentadas	Confronto entre registros do sistema de controle de acesso e Livro de Ocorrências	0,1% do valor mensal por ocorrência não registrada
7	Conformidade ISPS-Code e Planos de Segurança Portuária	Zero não conformidades	Auditorias internas e externas; relatórios da Autoridade Marítima/ANTAQ	1,0% do valor mensal por não conformidade identificada

8	Treinamento e Certificação dos Vigilantes	100% com certificados válidos	Verificação mensal de certificados (CNV, ISPS-Code, reciclagens)	0,5% do valor mensal por vigilante em situação irregular
---	---	-------------------------------	--	--

21.3. **Fórmula de Cálculo do Pagamento Mensal:**

21.3.1. O valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA será calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{VALOR A PAGAR} = \text{VALOR MENSAL CONTRATADO} - \text{GLOSAS POR AUSÊNCIAS} - \text{GLOSAS IMR}$$

Onde:

- a) Valor Mensal Contratado: valor global mensal previsto no contrato;
- b) Glosas por Ausências: somatório dos descontos por faltas, atrasos e abandonos de posto;
- c) Glosas IMR: somatório dos descontos aplicados em razão do descumprimento das metas dos indicadores de desempenho.

21.4. **Fator de Qualidade e Consequências:**

I - Será calculado mensalmente o Fator de Qualidade (FQ) da execução contratual, pela seguinte fórmula:

$$\text{FQ} = (\text{INDICADORES COM META ATINGIDA} / \text{TOTAL DE INDICADORES APLICÁVEIS}) \times 100$$

II - Caso o Fator de Qualidade seja inferior a 80% (oitenta por cento) por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) meses alternados no período de 12 (doze) meses, a CODEBA poderá:

- a) Notificar a CONTRATADA para apresentar plano de ação corretiva no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- b) Instaurar processo administrativo para aplicação de sanções, conforme item 16 deste TR;
- c) Rescindir o contrato por inexecução parcial reiterada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.5. **Procedimento de Aferição Mensal:**

ETAPA	PRAZO	RESPONSÁVEL
Entrega do Boletim de Medição e relatórios pela CONTRATADA	Até o 2º dia útil do mês subsequente	Preposto
Conferência de folhas de ponto, escalas e relatórios de ocorrências	Até o 5º dia útil	Fiscal Técnico
Aplicação do IMR e cálculo de glosas	Até o 7º dia útil	Fiscal Técnico
Emissão do Termo de Recebimento Provisório	Até o 8º dia útil	Fiscal Técnico
Manifestação da CONTRATADA sobre glosas (se houver)	3 dias úteis após notificação	Preposto
Análise da manifestação e decisão sobre glosas	Até o 10º dia útil	Gestor do Contrato
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Até o 12º dia útil	Gestor do Contrato
Certificação da Nota Fiscal	Conforme item 4.1.3	Gestor do Contrato

21.6. Documentos para Aferição:

A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, junto com a Nota Fiscal, os seguintes documentos para fins de aferição:

- I - Folhas de ponto de todos os vigilantes, preferencialmente eletrônicas, assinadas pelo Vigilante Supervisor;
- II - Relatório consolidado de frequência por posto e por unidade (Sede, Porto de Salvador, Porto de Aratu-Candeias, Porto de Ilhéus);
- III - Cópia do Livro de Ocorrências do período ou relatório consolidado de ocorrências;
- IV - Relatório de rondas realizadas, com horários e pontos de passagem;
- V - Checklist de verificação de equipamentos;
- VI - Relação atualizada de vigilantes alocados, com indicação de CNV e validade dos certificados obrigatórios.

21.7. Limite de Glosas e Sanções:

- I - O somatório das glosas aplicadas por meio do IMR em um único mês não poderá exceder 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato;
- II - Caso o descumprimento das metas enseje glosas superiores a 10% (dez por cento), o excedente será convertido em processo administrativo para aplicação das sanções previstas no item 16 deste TR;
- III - As glosas aplicadas por meio do IMR não excluem a possibilidade de aplicação cumulativa de sanções contratuais, quando o descumprimento configurar infração prevista no item 16.

21.8. Revisão dos Indicadores:

Os indicadores de desempenho e respectivas metas poderão ser revisados pela CODEBA, mediante justificativa técnica, nas seguintes hipóteses:

- I - Alteração das condições de execução do contrato;
- II - Modificação nos Planos de Segurança Portuária ou nas exigências do ISPS-Code;
- III - Constatação de que determinado indicador tornou-se inadequado ou insuficiente para aferir a qualidade do serviço;
- IV - Por ocasião da prorrogação contratual.

Parágrafo único. A revisão dos indicadores será formalizada por meio de Termo Aditivo ao contrato, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

22.1. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA.

23. CONSÓRCIO, COOPERATIVA DO SERVIÇO

23.1. Será admitida a participação de consórcio, observadas as disposições do art.48 do RILC/CODEBA.

23.2. Quando admitida a participação de empresas em consórcio na licitação, deverão ser observadas as seguintes condições:

- I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, responsável por sua representação perante a CODEBA;
- III - apresentação, por cada consorciada, dos documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência, admitindo-se, para fins de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos e, para fins de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores na proporção de sua participação no consórcio;

IV - vedação à participação de empresa consorciada na mesma licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente;

V - responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio pelos atos praticados em sua execução.

A licitante vencedora constituída em consórcio deverá promover sua formal constituição e registro antes da assinatura do contrato.

24. **PAGAMENTO**

24.1. O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, em até 30 dias contados da emissão da Nota Fiscal a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato – em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CODEBA.

24.2. Ocorrerá a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a CONTRATADA:

24.3. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas;

24.4. A CONTRATADA deverá apresentar com a nota fiscal a seguinte documentação:

a) Regularidade fiscal, perante as Fazendas Federal, Estadual/Distrito e Municipal;

b) Regularidade com o FGTS;

c) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

d) Apresentação dos comprovantes de quitação dos encargos trabalhistas de todos os trabalhadores envolvidos na execução do objeto.

24.5. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos neste subitem caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas em Lei.

24.6. No que couber, os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos às retenções na fonte nos seguintes termos:

a) do imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, 40 na forma da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

b) Contribuição previdenciária, correspondente ao previsto em Lei, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações, e para empresas que aderiram à desoneração sobre a folha de pagamento o percentual previsto em lei;

c) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor;

d) Dos valores que tenham sofrido glosa.

24.7. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de resguardar qualquer tratamento diferenciado a que tenha direito por força da Lei Complementar nº 123, de 2006.

24.8. A CODEBA se reserva ao direito de sustar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem de acordo com a especificação, bem como não será efetuado pagamento enquanto a CONTRATADA estiver pendente de liquidação de qualquer obrigação contratual ou legal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

24.9. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto, ficando glosado o valor correspondente à parcela controvertida.

24.10. Ocorrendo erros na apresentação da fatura, esta será devolvida para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará postergação da data do pagamento, por igual número de dias, sem que isto gere encargos financeiros para a CODEBA.

24.11. A CODEBA fica autorizada a deduzir dos créditos da CONTRATADA os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas por esta, nos termos deste Contrato, além das deduções fiscais estabelecidas por lei.

24.12. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua 41 apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

24.13. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

25. REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

25.1. Quanto aos insumos e custos decorrentes do mercado, os preços poderão ser reajustados pelo índice IGPM após o transcurso de 12 (doze) meses da apresentação da proposta.

25.2. Quanto aos custos de mão-de-obra, os preços poderão ser repactuados a partir do advento de acordo, convenção ou dissídio coletivos aos quais a proposta esteja expressamente vinculada;

25.3. A revisão de preços poderá ser pleiteada no caso de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, superveniente à assinatura do contrato. Portanto, os licitantes devem ofertar preços compatíveis com a realidade e o conhecimento do seu mercado, sendo os únicos responsáveis pelas variações ordinárias e comuns de preços, que naturalmente ocorrem em todos os mercados devido à inflação oscilante, a qual somente se permite ser considerada como fator para reequilíbrio a cada 12 meses, contados da apresentação da proposta, na forma de reajuste.

26. REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

26.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, conforme art. 54 da IN/MPOG nº05/17.

26.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a) da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório; ou
- b) da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos.
- c) quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida;
- d) as repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

- 26.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.
- 26.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 26.5. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:
- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
 - b) as particularidades do contrato em vigência;
 - c) o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
 - d) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
 - e) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 - f) a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante (CODEBA).
- 26.6. No caso de repactuação, será formalizada por apostila, conforme parágrafo 7º, do artigo 81, da Lei 13.303/2016.
- 26.7. A Codeba poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.
- 26.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando da repactuação envolver revisão de custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar a data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;
- 26.9. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

27. ESTIMATIVA DE CUSTOS

- 27.1. O Valor estimado da contratação é sigiloso, conforme previsto no art. 34 da Lei Federal nº 13.303/16.
- 27.2. No valor orçado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 27.3. Os preços unitários para serviços e ou materiais adotados pela CODEBA têm referência nos Sistemas de Preços Oficiais do Governo Federal (SINAPI-BA e SICRO-BA), na falta desses adota os preços adotados pela EMBASA (Governo do Estado da Bahia), ou no Banco de Preços. Quando esgotadas as fontes oficiais para a obtenção dos preços unitários de materiais ou serviços, é feita cotação na praça.
- 27.4. Para as composições dos serviços são adotadas preferencialmente pelo SINAPI-BA e SICRO-BA. Na ausência destas, são adotadas as tabelas de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, sendo adotados seus insumos e respectivos coeficientes, e adequando os custos para o Estado da Bahia.
- 27.5. O preço estimado representa o valor máximo que a CODEBA se dispõe a pagar pela execução da obra objeto deste Termo de Referência.

28. PESQUISA DE PREÇOS

- 28.1. A estimativa de valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303/2016, observando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, bem como as diretrizes estabelecidas no regulamento interno da CONTRATANTE.
- 28.2. A pesquisa de preços adotou metodologia baseada nos seguintes parâmetros:
- I – Contratações similares realizadas nos últimos 180 (cento e oitenta) dias
- 28.2.1. Foi considerado como referência contrato emergencial n. xxxxxx de prestação de serviços de vigilância celebrado em 29/10/2025, com vigência até 27/04/2026.
- 28.2.2. O referido contrato contempla serviços de natureza semelhante quanto à mão de obra, porém não abrange a utilização de recursos operacionais complementares, tais como equipamentos/dispositivos móveis individuais de captura de imagem/gravação, sistemas de monitoramento em tempo real e demais tecnologias aplicadas à rastreabilidade e registro das atividades operacionais.
- 28.2.3. Em razão dessa limitação, e considerando que o objeto da presente contratação envolve tais recursos de forma indissociável (conforme item 2.8 deste TR), foi necessária a complementação da pesquisa de preços mediante a utilização do parâmetro previsto no inciso IV.
- II – Análise de contratações de órgãos públicos com características equivalentes
- 28.2.4. Este critério não foi adotado, tendo em vista a inexistência, no âmbito territorial de atuação da CONTRATANTE, de contratações públicas que reúnam, simultaneamente, características equivalentes ao objeto ora licitado, especialmente quanto:
- a) à atuação em área portuária organizada;
 - b) à submissão a requisitos de segurança específicos, incluindo normas de controle aduaneiro e ISPS Code;
 - c) à integração de serviços de vigilância com recursos tecnológicos de captura de imagem e monitoramento em tempo real;
 - d) à execução em múltiplas unidades operacionais com elevada complexidade logística.
- 28.2.5. Dessa forma, a utilização deste parâmetro poderia comprometer a fidedignidade da estimativa de preços, razão pela qual foi tecnicamente afastado.
- III – Pesquisa de preços para equipamentos de captura de imagem e monitoramento
- 28.2.6. Para os itens relativos aos equipamentos individuais de captura de imagem e sistemas de monitoramento em tempo real, foi realizada consulta junto ao sistema Compras.gov.br.
- 28.2.7. Não foram identificados registros válidos ou compatíveis com as especificações técnicas exigidas, conforme evidenciado nas telas de consulta anexadas ao processo.
- 28.2.8. Em razão da ausência de referências públicas adequadas, foi adotado exclusivamente o parâmetro previsto no inciso IV, consistente na realização de cotações diretas com fornecedores especializados.
- IV – Pesquisa de preços com fornecedores
- 28.2.9. Foram realizadas cotações junto a fornecedores do mercado local e regional, com o objetivo de aferir os valores praticados para:
- a) fornecimento de equipamentos /dispositivos móveis individuais de captura de imagem/gravação;
 - b) disponibilização de sistemas de monitoramento em tempo real;
 - c) infraestrutura de armazenamento e gestão de dados;
 - d) serviços de manutenção, suporte técnico e licenciamento.
- 28.2.10. A adoção do parâmetro de cotação com fornecedores especializados mostrou-se necessária diante da inexistência de referências públicas aderentes ao objeto, sendo as propostas obtidas analisadas criticamente quanto à sua compatibilidade técnica e econômica, de modo a refletir os valores efetivamente praticados no mercado.

28.2.11. As propostas obtidas contemplaram todos os custos necessários à operacionalização dos equipamentos, incluindo aquisição ou locação, manutenção, suporte e demais encargos associados.

V – Metodologia de composição do valor estimado

28.2.12. A estimativa de preços foi construída de forma analítica, considerando a composição dos seguintes elementos:

- I - custos de mão de obra, com base em convenção coletiva vigente e encargos legais;
- II - custos de insumos e equipamentos operacionais obrigatórios;
- III - custos de recursos operacionais, incluindo viaturas;
- IV - custos de soluções tecnológicas, incluindo equipamentos de captura de imagem, sistemas de monitoramento, registro de ocorrências e despacho operacional, obtidos por meio de pesquisa com fornecedores;
- V - Consolidação da estimativa de preços

28.2.13. Os valores foram consolidados de forma a refletir o custo global da prestação do serviço integrado.

VII – Aderência à realidade local

28.2.14. A metodologia adotada assegura a compatibilidade dos valores estimados com a realidade local, considerando:

- a) normas coletivas aplicáveis à categoria profissional;
- b) encargos trabalhistas vigentes;
- c) condições regionais de prestação dos serviços;
- d) disponibilidade e prática de mercado de fornecedores locais.

28.3. A metodologia empregada garante que a estimativa de preços seja adequada, suficiente e compatível com o objeto da contratação, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa e mitigando riscos de inexecução contratual.

28.4. Registra-se que foram realizadas consultas ampliadas a bases públicas de referência de preços, incluindo painéis governamentais, contratações de outros entes da Administração Pública e atas de registro de preços em âmbito nacional, não tendo sido identificados parâmetros que apresentassem aderência às especificidades técnicas do objeto, notadamente no que se refere à integração entre serviços de vigilância patrimonial e soluções tecnológicas associadas.

28.5. Diante da inexistência de referenciais públicos comparáveis, a Administração adotou, de forma complementar e devidamente motivada, a realização de cotações junto a fornecedores especializados, cujas propostas foram analisadas sob critérios de compatibilidade técnica e razoabilidade econômica, de modo a assegurar que os valores estimados reflitam as condições efetivamente praticadas no mercado.

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. A quantidade parcial ou total de empregados estabelecida neste documento poderá ser, no interesse do serviço e a critério da CODEBA da CODEBA, flexionada de um para outro turno ou de um para outro prédio;

29.2. O crachá de acesso às dependências da CODEBA, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA, será providenciado pela CODEBA, e as despesas para confecção serão de responsabilidade da CONTRATADA, e ressarcidos à CODEBA, bem 47 como eventuais extravios ou danos, devendo a CONTRATADA, devolvê-los quando do término do contrato.

29.3. A CODEBA poderá solicitar a prestação de serviços em jornada superior à normal, não podendo ultrapassar o limite permitido em Lei, podendo, ainda, utilizar-se do regime de compensação de jornada.

- 29.4. Se necessário for, e a critério da CODEBA, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicada previamente à CONTRATADA;
- 29.5. A CODEBA terá o direito de exigir as substituições que entender necessárias, de pessoal empregado, para execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência;
- 29.6. Quaisquer dificuldades encontradas que impeçam a boa execução dos serviços, deverão ser encaminhadas, por escrito a CODEBA, a fim de serem examinados e tomados as providências imediatas, necessárias a sua eliminação.
- 29.7. Quaisquer serviços não especificados neste Termo de Referência, só poderão ser efetuados após ordem escrita da CODEBA.
- 29.8. Nas faturas deverão constar o número do contrato a que se refere e as informações das unidades da CODEBA que atende (endereço, CNPJ, Insc. Estadual, etc.).
- 29.9. As faturas deverão estar acompanhadas do boletim de medição, além das seguintes comprovações:
- a) Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do §4º do Art 31 da Lei nº9.032, de 28/04/95; com apresentação da cópia das guias;
 - b) Da regularidade fiscal, constatada através de consulta ao SICAF;
 - c) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última NF ou fatura paga pela CODEBA;

30. MATRIZ DE RISCO CONTRATUAL

30.1. Sendo cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, segue abaixo a matriz de riscos:

Nº	Categoria	Evento de Risco	Causas Prováveis	Impacto (A/M/B)	Prob. (A/M/B)	Nível de Risco	Responsável	Ações de Mitigação / Tratamento	Monitoramento / Indicador
► CATEGORIA: OPERACIONAL									
OP-01	OPERACIONAL	Ausência de cobertura de posto por falta de substituto imediato	Faltas, afastamentos médicos, greve da categoria ou baixo contingente de reserva	A	A	CRÍTICO	CONTRATADA	Manutenção de efetivo de reserva mínimo de 15% do total de postos; substituição em até 60 min conforme TR; previsão de glosa integral do posto/dia não coberto (IMR, Indicador 1)	Folhas de ponto e relatórios de frequência diária; Indicador 1 do IMR (meta ≥ 98%)
OP-02	OPERACIONAL	Abandono de posto por vigilante	Conflito com usuário/operador, situação de risco não mitigado ou desvio de conduta	A	M	ALTO	CONTRATADA	Treinamento de manejo de conflitos; supervisão presencial; previsão de substituição em até 60 min; desconto integral do turno e abertura de processo disciplinar	Livro de Ocorrências; registros de supervisão; IMR

OP-03	OPERACIONAL	Incidente de segurança grave nas instalações portuárias (invasão, furto, roubo a mão armada)	Falha no controle de acesso, ineficiência de rondas, conluio de vigilante ou evento externo	A	M	ALTO	COMPARTILHADO	Protocolo de rondas aleatórias com bastão eletrônico; câmera corporal em tempo real; acionamento imediato da Guarda Portuária e Polícia Federal; CODEBA deve disponibilizar sistemas de CFTV como recurso complementar	Relatórios de ocorrências; auditorias ISPS-Code; IMR Indicador 7
OP-04	OPERACIONAL	Falha ou indisponibilidade de equipamentos críticos (rádio, colete, armamento, câmera corporal)	Avaria, falta de manutenção preventiva, extravio ou subdimensionamento de estoque	A	M	ALTO	CONTRATADA	Checklist diário de equipamentos (IMR, Indicador 4); manutenção preventiva periódica; estoque mínimo de equipamentos sobressalentes; substituição imediata de item inoperante	IMR Indicador 4 (meta 100% funcionando); checklist diário assinado pelo supervisor
OP-05	OPERACIONAL	Descumprimento dos Planos de Segurança Portuária (PSP) e do ISPS Code	Desconhecimento das normas, rotatividade excessiva ou falha de treinamento específico para ambiente portuário alfandegado	A	M	ALTO	CONTRATADA	Exigência de Treinamento Básico ISPS Code para todos os vigilantes alocados; renovações periódicas; controle de certificados pelo IMR Indicador 8; participação em simulacros	IMR Indicador 7 (zero não conformidades ISPS); IMR Indicador 8 (100% certificados válidos)
OP-06	OPERACIONAL	Rotatividade excessiva de mão de obra	Baixa remuneração, condições de trabalho inadequadas, inadimplemento trabalhista ou concorrência de mercado	M	A	ALTO	CONTRATADA	Exigência de comprovação de pagamento de salários e encargos mensalmente (item 23.9 do TR); previsão de substituição qualificada em até 60 min; fiscalização da CODEBA sobre admissões e desligamentos	Relatório Mensal de Frequência; documentação trabalhista mensal
OP-07	OPERACIONAL	Indisponibilidade ou pane do veículo de apoio	Avaria mecânica, acidente de trânsito	M	M	MÉDIO	CONTRATADA	Substituição imediata do veículo por outro	Relatório mensal de disponibilidade de viatura;

		operacional	ou falha de manutenção					em bom estado de conservação; manutenção preventiva comprovada; seguro obrigatório	registro de ocorrências com viatura
OP-08	OPERACIONAL	Uso indevido ou negligente de armamento	Falta de treinamento, gestão inadequada do arsenal ou descumprimento do POP	A	B	ALTO	CONTRATADA	Apresentação de Registro de Arma e Porte de Arma antes do início; treinamento semestral de reciclagem no manejo de armamento; controle de munição por vigilante; seguro de vida em grupo obrigatório (Lei nº 14.967/2024)	Fichas individuais de fornecimento de armamento; registros de reciclagem; INV se houver incidente
► CATEGORIA: TRABALHISTA / PREVIDENCIÁRIO									
TR-01	TRABALHISTA / PREVIDENCIÁRIO	Inadimplemento de obrigações trabalhistas (salários, FGTS, 13º, férias)	Dificuldade financeira da contratada, subdimensionamento de custos na proposta ou má-gestão	A	M	ALTO	CONTRATADA	CODEBA retém pagamento e deposita diretamente aos trabalhadores (item 12.37 do TR); conta vinculada para depósito de encargos; exigência de guias de recolhimento mensais	Comprovantes mensais de pagamento de salários, FGTS, previdência; CNDs trabalhistas
TR-02	TRABALHISTA / PREVIDENCIÁRIO	Responsabilidade subsidiária da CODEBA em reclamações trabalhistas	Inadimplemento da contratada, vínculo caracterizado por subordinação direta ou pessoalidade	A	M	ALTO	COMPARTILHADO	Fiscalização rigorosa da documentação trabalhista; vedação de ordens diretas da CODEBA aos vigilantes (toda instrução via preposto/supervisor); cláusula de exclusão de vínculo (item 3.3 do TR); retenção como garantia	Relatórios mensais do fiscal; documentação trabalhista; anotações de fiscalização
TR-03	TRABALHISTA / PREVIDENCIÁRIO	Paralisação dos serviços por greve da categoria	Descumprimento de acordo coletivo, insatisfação com condições de trabalho ou movimento nacional da categoria	A	B	ALTO	COMPARTILHADO	CODEBA: acionar substituto emergencial ou Guarda Portuária; CONTRATADA: manter efetivo mínimo nos	Notificação imediata da CODEBA; registro formal de ocorrência; acionamento de back-up

								serviços essenciais (art. 9º, §1º, CF/88 c/c Lei nº 7.783/89); previsão de substituição por empresa diferente se a greve superar 72h	
TR-04	TRABALHISTA / PREVIDENCIÁRIO	Acidente de trabalho com vigilante nas instalações portuárias	Ausência de EPI adequado, falta de treinamento ou falha de segurança do ambiente	M	M	MÉDIO	COMPARTILHADO	Contratada: seguro de vida em grupo + EPIs + PPRA/PCMSO; CODEBA: garantir condições seguras das instalações; exames admissionais e periódicos obrigatórios	ASOs; registros de CAT; relatórios de PPRA/PCMSO; inspeções de segurança
► CATEGORIA: REGULATÓRIO / LEGAL									
RL-01	REGULATÓRIO / LEGAL	Cassação ou suspensão da autorização de funcionamento da empresa junto à Polícia Federal	Irregularidade administrativa, fraude ou descumprimento da Lei nº 14.967/2024	A	B	ALTO	CONTRATADA	Exigência de renovação anual da autorização de funcionamento (item 12.25 do TR); verificação prévia na Polícia Federal antes de cada prorrogação; extinção contratual imediata se cassação confirmada	Cópia anual da autorização renovada; consulta ao DPF antes de cada prorrogação
RL-02	REGULATÓRIO / LEGAL	Alteração da legislação de segurança privada com impacto em custos ou operação	Edição de nova regulamentação pelo MJ/PF (ex.: revisão da Lei nº 14.967/2024, novas portarias)	M	M	MÉDIO	COMPARTILHADO	Cláusula de revisão de preços por fato superveniente (item 24.3 do TR); monitoramento ativo da legislação pela área jurídica da CODEBA; comunicação imediata da contratada em caso de nova exigência regulatória	Boletins de atualização normativa; revisão semestral da conformidade regulatória
RL-03	REGULATÓRIO / LEGAL	Irregularidade fiscal ou previdenciária superveniente da contratada	Omissão de recolhimentos, parcelamento vencido ou contestação de débitos	A	M	ALTO	CONTRATADA	Exigência de CNDs válidas mensalmente (item 23.4 do TR); retenção de pagamento até regularização; rescisão	CND Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT mensalmente

								se irregularidade não sanada em 30 dias	
RL-04	REGULATÓRIO / LEGAL	Mudança nas exigências do ISPS Code ou do Plano de Segurança Portuária	Revisão pela IMO, ANTAQ ou Autoridade Marítima com impacto nos postos e procedimentos	M	B	MÉDIO	COMPARTILHADO	CODEBA: comunicar alterações imediatamente à contratada; CONTRATADA: adequar treinamentos em até 60 dias; revisão formal das obrigações por Termo Aditivo se houver impacto financeiro	IMR Indicador 7; relatórios de auditoria ISPS; comunicados oficiais ANTAQ/DPC
► CATEGORIA: FINANCEIRO / ECONÔMICO									
FE-01	FINANCEIRO / ECONÔMICO	Desequilíbrio econômico-financeiro por variação nos custos de mão de obra acima do reajuste	Reajuste salarial via CCT superior à inflação geral; alteração da data-base da categoria	M	A	ALTO	COMPARTILHADO	Cláusula de repactuação vinculada à CCT/dissídio da categoria (item 25 do TR); interregno mínimo de 12 meses; demonstração analítica com planilha de custos; CODEBA analisa via diligência	Convenção coletiva vigente; planilha de custos atualizada na repactuação
FE-02	FINANCEIRO / ECONÔMICO	Insolvência ou recuperação judicial/falência da contratada durante a vigência	Má gestão financeira, perda de contratos, inadimplemento sistêmico	A	B	ALTO	CODEBA	Exigência de capital social mínimo de R\$ 2 MM (item 6.2 do TR); garantia contratual de 3%; conta vinculada para pagamento de trabalhadores; previsão de transição contratual de emergência; licitação de reserva (ata de RP)	Demonstrações financeiras na habilitação; monitoramento financeiro semestral; alerta em caso de notícia de RJ
FE-03	FINANCEIRO / ECONÔMICO	Proposta com preço inexequível vencendo a licitação	Subdimensionamento de encargos sociais, BDI inadequado ou estratégia deliberada de dumping	A	M	ALTO	CODEBA	Análise criteriosa das planilhas de custos e formação de preços antes da adjudicação; verificação de conformidade com CCT e tabelas de encargos (SINAPI/CAGED); diligência de	Planilha de custos obrigatória; análise do pregoeiro e equipe de apoio; diligência prévia à adjudicação

								exequibilidade quando proposta < 75% do orçamento	
FE-04	FINANCEIRO / ECONÔMICO	Atraso nos pagamentos pela CODEBA com impacto na folha de pagamento da contratada	Contingência orçamentária, bloqueio judicial ou falha administrativa interna	M	B	MÉDIO	CODEBA	Reserva orçamentária prévia e vinculada (item 26 do TR); cláusula de atualização financeira (taxa 0,5% a.m. — item 23.12 do TR); prazo de pagamento até 30 dias da certificação (item 23.1)	Controle orçamentário mensal; registro de pagamentos em dia
► CATEGORIA: FORÇA MAIOR / CASO FORTUITO									
FM-01	FORÇA MAIOR / CASO FORTUITO	Eventos climáticos extremos que impossibilitem o acesso às unidades portuárias	Enchentes, vendavais, marés excepcionais (especialmente Aratu e Ilhéus)	M	B	MÉDIO	COMPARTILHADO	CODEBA: plano de contingência de acesso alternativo; CONTRATADA: protocolo de comunicação imediata e acionamento de reserva local; ausência justificada não gera glosa se devidamente registrada	Relatório de ocorrências climáticas; registro formal de justificativa de ausência
FM-02	FORÇA MAIOR / CASO FORTUITO	Pandemia, epidemia ou surto de doença com afastamento massivo de vigilantes	Evento sanitário de abrangência nacional ou regional	A	B	ALTO	COMPARTILHADO	CODEBA: plano de continuidade operacional com Guarda Portuária e contratação emergencial; CONTRATADA: protocolo de saúde e segurança; vacinação e afastamento de sintomáticos	Plano de continuidade operacional da CODEBA; relatórios de afastamentos por doença
FM-03	FORÇA MAIOR / CASO FORTUITO	Ato terrorista ou ataque coordenado às instalações portuárias	Ameaça externa de natureza criminal ou terrorista	A	B	ALTO	COMPARTILHADO	Implementação rigorosa do PSP e ISPS Code; acionamento imediato da Polícia Federal; comunicação à ANTAQ e à Autoridade Marítima; protocolo específico	Relatórios de simulacros ISPS; PSP aprovado; canal de comunicação direta com PF

								de lockdown das instalações	
► CATEGORIA: TECNOLÓGICO / DADOS									
TI-01	TECNOLÓGICO / DADOS	Falha no sistema de câmeras corporais ou na transmissão de imagens em tempo real	Pane de hardware, queda de rede, bateria descarregada ou sabotagem do equipamento	M	M	MÉDIO	CONTRATADA	Manutenção preventiva e estoque de equipamentos sobressalentes (item TR); comunicação imediata ao fiscal; substituição em até 2 horas; previsão de glosa por dia com equipamento inoperante (IMR Indicador 4)	IMR Indicador 4; relatórios de manutenção
TI-02	TECNOLÓGICO / DADOS	Vazamento de informações sigilosas obtidas no exercício da vigilância	Conduta dolosa de vigilante, acesso indevido a dados ou compartilhamento de imagens	A	B	ALTO	CONTRATADA	Cláusula expressa de sigilo (item 12.16 do TR); treinamento de compliance e LGPD para vigilantes; rescisão imediata e responsabilização civil/penal em caso de vazamento	Termos de confidencialidade assinados por todos os vigilantes; auditoria periódica de dados
► CATEGORIA: GESTÃO / QUALIDADE									
GQ-01	GESTÃO / QUALIDADE	Ausência ou ineficácia da supervisão presencial da contratada	Supervisor ausente, sobrecarregado ou sem autoridade efetiva sobre a equipe	M	M	MÉDIO	CONTRATADA	Exigência de supervisor exclusivo por unidade em horário comercial (item TR); obrigação de relatórios mensais ao SSP; IMR inclui indicadores de rondas e cobertura de postos	IMR Indicadores 1, 2, 5; relatórios do supervisor; registro de presença do supervisor
GQ-02	GESTÃO / QUALIDADE	Conflito entre vigilantes contratados e servidores/empregados da CODEBA	Desvio de conduta, pessoalidade ou subordinação direta à CODEBA	M	M	MÉDIO	COMPARTILHADO	Toda instrução deve ser transmitida via preposto/supervisor; vedação de relação de pessoalidade (item 3.3 do TR); afastamento em até 24h de vigilante com conduta inadequada (item 12.10 do TR)	Registros de ocorrência; notificações formais da CODEBA à contratada

GQ-03	GESTÃO / QUALIDADE	Fator de Qualidade (IMR) abaixo de 80% por 3 meses consecutivos	Descumprimento sistemático de múltiplos indicadores, indicando falha estrutural na execução	A	B	ALTO	CONTRATADA	IMR com 8 indicadores e procedimento escalonado (plano de ação → sanção → rescisão por inexecução parcial reiterada — item 20.8 do TR); CODEBA deve agir no 1º mês abaixo da meta, não aguardar o 3º	Relatórios mensais de IMR; notificações formais; plano de ação corretiva documentado
-------	--------------------	---	---	---	---	------	------------	--	--

31. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

- 31.1. Nos termos da Lei 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA, foram definidas as seguintes regras:
- 31.2. Fase licitatória
- 31.2.1. A seleção da proposta mais vantajosa será realizada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, adotando-se o critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA.

32. OS SEQUINTE ANEXOS INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

- Anexo I - Relatório Efetivo - Porto de Aratu (9745033)
- Anexo II - Relatório Efetivo - Porto de Salvador (9793165)
- Anexo III - Relatório Efetivo - Porto de Ilhéus (9793179)
- Anexo IV - Planilha de Custo Unitário (11032412)
- Anexo V - Planilha de Custo (SEI nº 11264844)

Luiz Humberto Lisboa Castro
Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Humberto Lisboa Castro, Diretor**, em 11/06/2026, às 21:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11378546** e o código CRC **5C18B7F0**.



Referência: Processo nº 50903.000148/2026-96



SEI nº 11378546

Av. França, nº 1551 - Bairro Comércio
Salvador/BA, CEP 40010-000
Telefone: 7133201147 - www.codeba.com.br